



RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2005

INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta nos termos legais, alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, *“Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo”, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação”,* em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal, *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”*

Os DPC – Documentos de Prestação de Contas são apresentados, conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção – Tribunal de Contas, Instruções n.º 01/2001 – 2.ª S – Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicadas no DR II.ª Série, n.º 191 de 18/08/2001.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o executivo camarário apresenta o **Relatório de Gestão** referente ao ano financeiro de 2005, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme o n.º 13 do POCAL e o n.º 28 das instruções n.º 1/2001 – 2.ª secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

O Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta, nas suas diversas peças escritas, mapas e gráficos, a execução das Grandes Opções do Plano 2002-2005 (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Actividades Municipal / Plano de Outras Actividades Relevantes) e do orçamento do ano financeiro de 2005.



De modo a atingir o melhor desempenho possível o executivo municipal desenvolveu um importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se concretizassem as actividades previstas, tendo-se procurado atingir os objectivos previamente definidos.

1 – Situação Económica.

A análise a situação económica incidirá sobre a execução das diversas peças orçamentais.

1.6 – Execução Anual do PPI.

O peso relativo de cada objectivo no total executado do PPI pode-se aferir no quadro que se segue:

PESO RELATIVO DE CADA OBJECTIVO NA EXECUÇÃO DO PPI					
OBJECTIVO:		2005		2004	
		Valor	%	Valor	%
01	Educação	20.012,33 €	0,34%	6.520,59 €	0,18%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.282.558,87 €	39,05%	231.988,51 €	6,34%
04	Habitação e Património	2.016.103,71 €	34,49%	2.262.871,65 €	61,87%
05	Saneamento e Salubridade	613.813,80 €	10,50%	93.646,62 €	2,56%
07	Desenvolvimento Económico	11.810,09 €	0,20%	24.239,80 €	0,66%
08	Turismo	0,00 €	0,00%	1.083,85 €	0,03%
09	Defesa do Meio Ambiente	8.434,59 €	0,14%	6.149,00 €	0,17%
10	Mobiliário e Equipamento	40.683,74 €	0,70%	76.660,20 €	2,10%
11	Transportes	125.644,63 €	2,15%	55.096,89 €	1,51%
12	Comunicações e Transportes	726.750,61 €	12,43%	899.045,09 €	24,58%
13	Comunidade Urbana Médio Tejo	0,00 €	0,00%		
Total Executado		5.845.812,37 €	100,00%	3.657.302,20 €	100,00%
Total Previsto		13.882.278,00 €		10.233.650,00 €	
Taxa de execução (%)		42,11%		35,74%	

Da “leitura” do gráfico verifica-se que comparativamente com 2004:

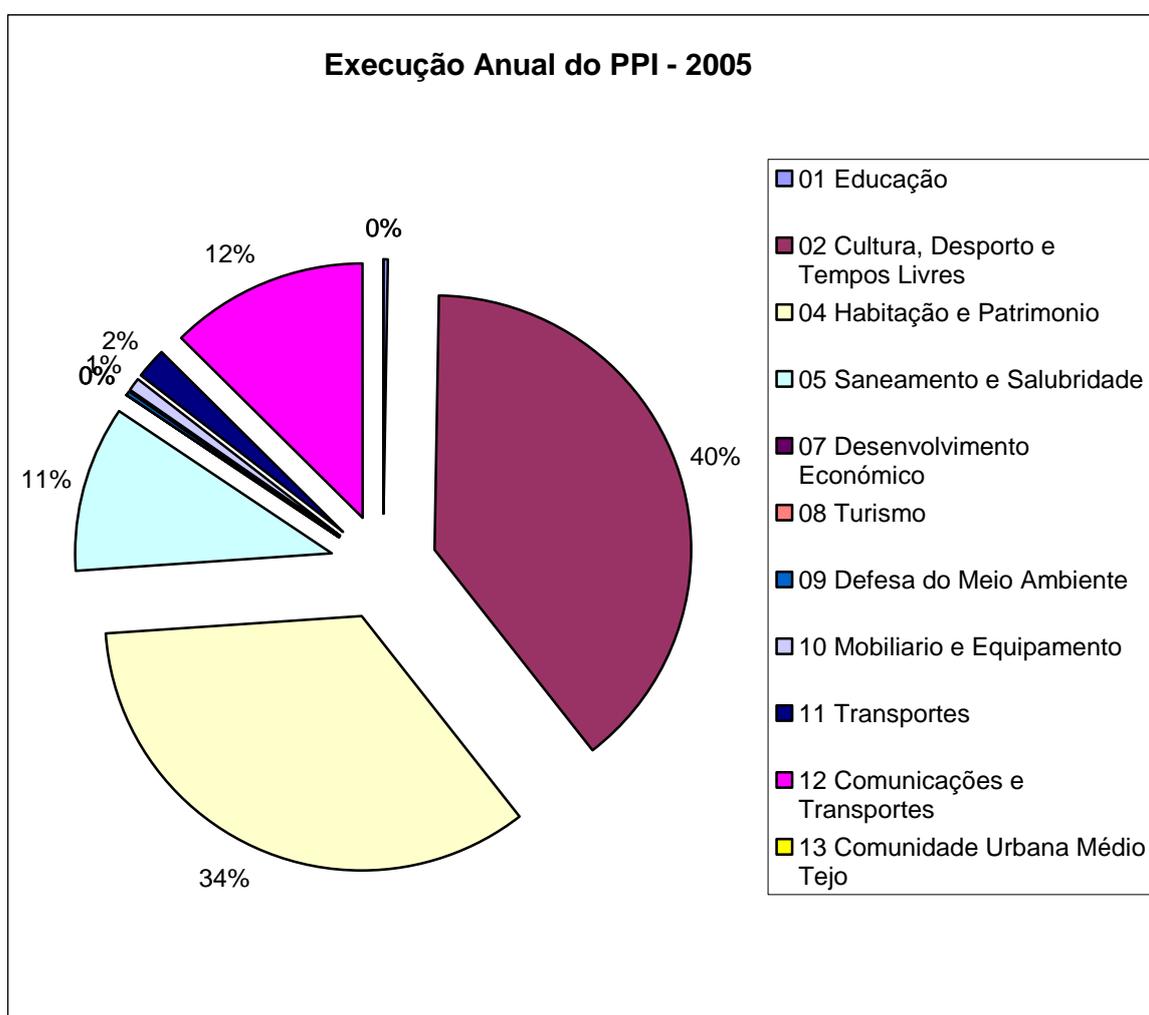
- Existiu um aumento de 2.188.510,17€ (5.845.812,37€ - 3.657.302,20€) em valores absolutos de execução, o que representa um aumento de 59,8%.



- Existiu um aumento da taxa de execução de 6,37%.

O objectivo 02-Cultura, Desporto e tempos livre apresenta um aumento significativo em relação a 2004, 2.050.570,36€. Esse aumento deve-se à construção do Edifício Sócio Cultural.

Veja-se agora em gráfico a distribuição das verbas do PPI:





No quadro que se segue pode-se verificar a taxa de execução de cada objectivo bem como os respectivos desvios:

TAXA DE EXECUÇÃO POR OBJECTIVO DO PPI					
OBJECTIVO:		2005			
		Previsto	Executado	Desvio	% Execução
01	Educação	690.400,00 €	20.012,33 €	670.387,67 €	2,90%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.737.509,00 €	2.282.558,87 €	454.950,13 €	83,38%
04	Habituação e Urbanismo/Património	4.716.176,00 €	2.016.103,71 €	2.700.072,29 €	42,75%
05	Saneamento e Salubridade	1.577.333,00 €	613.813,80 €	963.519,20 €	38,91%
07	Desenvolvimento Económico	26.000,00 €	11.810,09 €	14.189,91 €	45,42%
08	Turismo	50.000,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,00%
09	Defesa do Meio Ambiente	16.500,00 €	8.434,59 €	8.065,41 €	51,12%
10	Mobiliário e Equipamento	175.700,00 €	40.683,74 €	135.016,26 €	23,16%
11	Transportes	173.690,00 €	125.644,63 €	48.045,37 €	72,34%
12	Comunicações e Transportes	3.498.288,00 €	726.750,61 €	2.771.537,39 €	20,77%
13	Comunidade Urbana Médio Tejo	220.682,00 €	0,00 €	220.682,00 €	0,00%
Totais.....		13.882.278,00 €	5.845.812,37 €	8.036.465,63 €	42,11%

Dos 8.036.465,63€ de desvio 5.471.610,29€, ou seja 68,08%, dizem respeito a apenas 2 objectivos:

- Objectivo 04 – Habitação e Urbanismo 2.700.072,29€

Devido ao impacto que tiveram na taxa de execução convém verificar quais os projectos que não foram totalmente executados:

OBJECTIVO:		2005			
		Previsto	Executado	Desvio	% Execução
04	Habituação e Urbanismo/Património	4.716.176,00 €	2.016.103,71 €	2.700.072,29 €	42,75%
002-2002/21 – Infra-estruturas Zona Industrial		2.460.030,00€	508.507,66€	1.951.522,34€	20,67%
002-2002/30 – Revitalização sedes Freguesia		1.159.646,00€	642.436,90€	517.209,10€	55,40%



Estes 2 projectos representam 2.468.731,44€ do total de 2.700.072,29€ de desvio do objectivo 04, ou seja 91,43%.

- Objectivo 12 – Comunicações e Transportes 2.771.537,39€

OBJECTIVO:	2005			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução
12 Comunicações e Transportes	3.498.288,00 €	726.750,61 €	2.771.537,39 €	20,77%
001-2002/115 – Conservação Vias Municipais	687.224,00€	326.260,08€	360.963,92€	47,48%
001-2002/16 – URBCOM	443.800,00€	12.464,62€	431.335,38€	2,81%
001-2004/05 – Arrua. Paio Mendes - Frazoeira	134.200,00€	0,00€	134.200,00€	0,00%
001-2004/06 – Est. Fonte Seca – Srª Orada	168.000,00€	0,00€	168.000,00€	0,00%
001-2005/02 – Chãos – Concelho de Tomar	120.000,00€	57.502,97€	62.497,03€	47,92%
001-2005/03 – CM 1069 (CASAIS) e Bairradinha	465.250,00€	0,00€	465.250,00€	0,00%
001-2005/04 – EN 238 a Barrada	122.000,00€	48.586,78€	73.413,22€	39,83%
001-2005/17 – Chãos a Vale do Brio	280.000,00€	58.562,96€	221.437,04€	20,92%
001-2005/18 – EN110 a Almogadel (por Lagoa)	190.000,00€	23.881,94€	166.118,06€	12,57%

Estes 9 projectos representam 2.083.214,65€ do desvio total de 2.771.537,39€, ou seja 75,16%.

De todos estes projectos apenas o projecto 001-2005/03-CM 1069 (Casais) e Bairradinha não teve o seu início em 2005, todos os outros tiveram execução física em 2005, embora alguns apenas tenham tido execução financeira já em 2006.



1.6 – Execução Anual das Actividades Mais Relevantes (AMR).

PESO RELATIVO DE CADA OBJECTIVO NAS AMR					
OBJECTIVO:		2005		2004	
		Valor	%	Valor	%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	86.779,72 €	57,97%	35.417,14 €	57,63%
03	Ação Social	9.426,76 €	6,30%	388,24 €	0,63%
04	Habituação e Urbanismo	36.035,95 €	24,07%	16.209,97 €	26,38%
06	Protecção Civil	6.578,05 €	4,39%	2.950,84 €	4,80%
08	Turismo	10.868,05 €	7,26%	6.485,03 €	10,55%
13	Comunidade Urbana Médio Tejo	0,00 €	0,00%		
Total Executado		149.688,53 €	100,00%	61.451,22 €	100,00%
Total Previsto		186.626,00 €		155.350,00 €	
Taxa de execução (%)		80,21%		39,56%	

A taxa de execução das AMR foi de 80,21%, o que representa um aumento de 40,65% na taxa execução em relação a 2004, e de 88.237,31€ em valor absoluto, ou seja um aumento de 143,59%.

Análise dos desvios das AMR por objectivo:

TAXA DE EXECUÇÃO POR OBJECTIVO DAS AMR					
OBJECTIVO:		2005			
		Previsto	Executado	Desvio	% Execução
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	88.509,00 €	86.779,72 €	1.729,28 €	98,05%
03	Ação Social	12.500,00 €	9.426,76 €	3.073,24 €	75,41%
04	Habituação e Urbanismo	51.000,00 €	36.035,95 €	14.964,05 €	70,66%
06	Protecção Civil	7.580,00 €	6.578,54 €	1.001,46 €	86,79%
08	Turismo	21.500,00 €	10.868,05 €	10.631,95 €	50,55%
13	Comunidade Urbana Médio Tejo	5.537,00 €	0,00 €	5.537,00 €	0,00%
Totais.....		186.626,00 €	149.689,02 €	36.936,98 €	80,21%



1.6 – Controlo Orçamental da Receita e Despesa.

Depois da análise ao PPI e as AMR é necessário analisar as Despesas e as Receitas no todo, para que seja possível verificar a taxa de execução do Orçamento.

CONTROLO ORÇAMENTAL				
Rubrica	2005			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução
Receita	18.859.207,00 €	10.258.205,86 €	8.601.063,27 €	54,39%
Despesa	18.859.207,00 €	10.340.767,17 €	8.518.439,83 €	54,83%

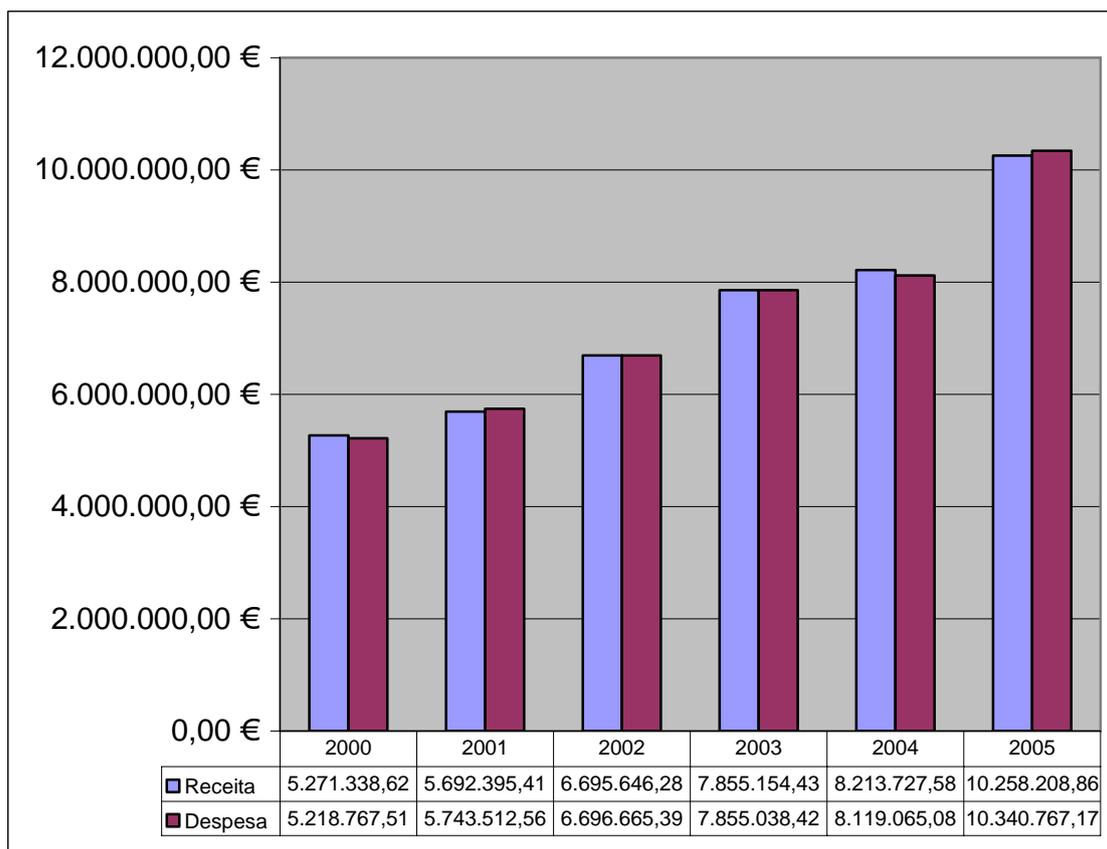
Apesar de se poder considerar o Orçamento de 2005 ambicioso verifica-se que foi uma aposta ganha pois:

- Verificou-se um aumento das taxas de execução da Receita e da Despesa, 2,39% e 3,43% respectivamente;
- Verificou-se um aumento significativo dos valores absolutos, da Receita em + 2.044.478,28€ e da Despesa em +2.221.702,09€.

É de salientar o facto de pela primeira vez se ter ultrapassado o limiar dos 10.000.000,00€ (2 Milhões de Contos) quer na Receita quer na Despesa. Em 1997 foi quebrada a barreira dos 5.000.000,00€ (1 Milhão de Contos), pelo que no prazo de 8 anos se conseguiu duplicar esse valor.



1.6 – Receita Total Versus Despesa Total



Da “leitura” do gráfico verifica-se um crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, em relação a 2004 os aumentos foram os seguintes:

- Receita Total: + 2.044.481,28€ → 24,89%
- Despesa Total: + 2.221.702,09€ → 27,36%

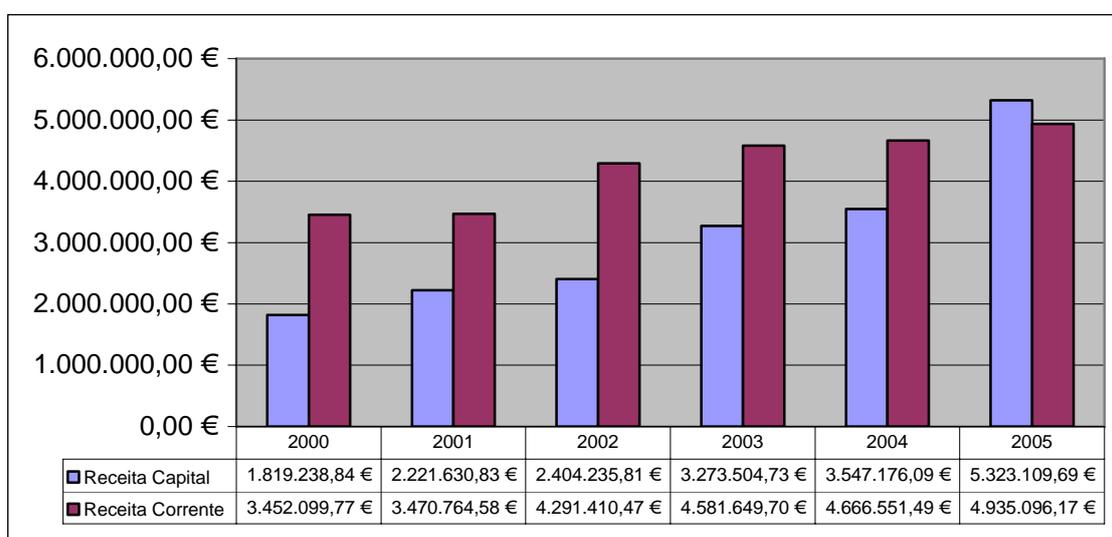
Se a análise incidir sobre os últimos 6 anos temos:

- Receita Total: + 4.986.870,24€ → 94,60%
- Despesa Total: + 5.121.999,66€ → 98,15%



1.5 – Receita Corrente Versus Receita de Capital

Com o aumento da receita total é forçoso que a Receita Corrente e a Receita de Capital também aumentem, o gráfico que se segue demonstra isso claramente.



Comparativamente com 2004 temos:

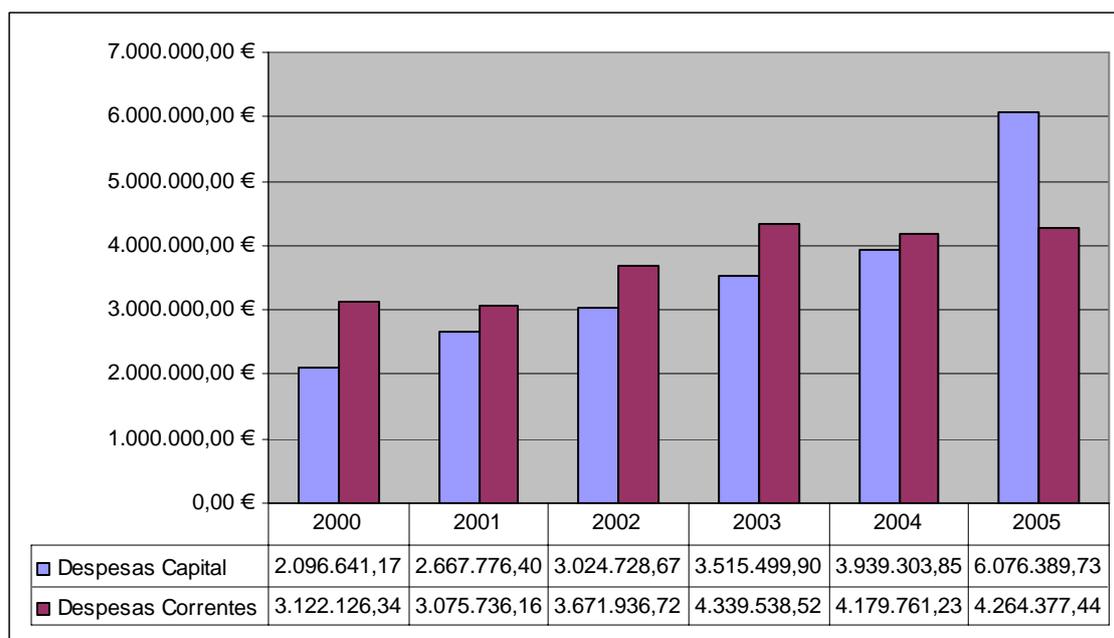
- Receitas de Capital: + 1.775.933,60€ → 50,01%
- Receitas Correntes: + 268.544,68€ → 5,75%

Também ao longo dos últimos 6 anos o aumento tem sido gradual:

- Receitas de Capital: + 3.503.870,85€ → 192,60%
- Receitas Correntes: + 1.482.996,40€ → 42,96%



1.6 – Despesas Correntes Versus Despesas de Capital.



Também na análise comparativa entre as Receitas Correntes e Receitas de Capital, tendo em atenção apenas os exercícios de 2004 e 2005, se verifica que tem existido um crescimento:

- acentuado das Despesas Capital: +2.137.085,88€ → +54,25%
- reduzido das Despesas Correntes: + 84.616,21€ → + 2,02%

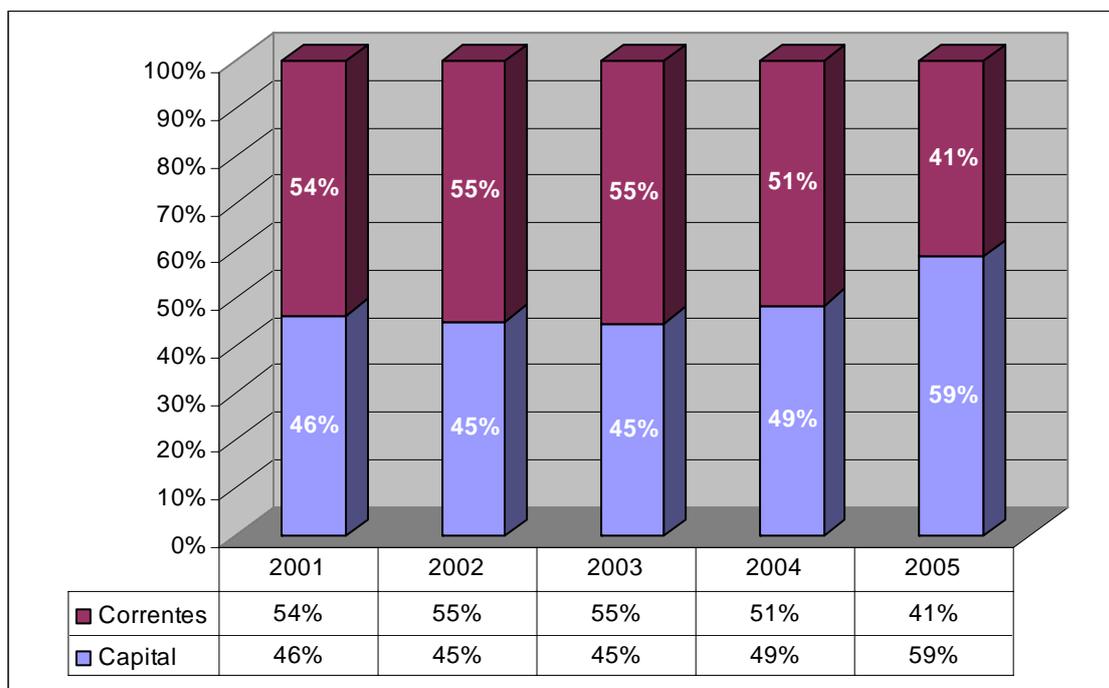
Merece destaque o aumento das despesas correntes abaixo do valor da inflação, o que denota o cuidado colocado na gestão Municipal, conseguindo em 2005 ter uma despesa corrente inferior a despesa corrente do exercício de 2003.

Fazendo-se a análise aos últimos 6 exercícios temos:

- Despesas Capital: + 3.979.748,56€ → + 189,82%
- Despesas Correntes: + 1.142.251,10€ → + 36,59%



Veja-se agora a evolução, nos 5 últimos exercícios, do peso das despesas de capital e correntes no total das despesas:



Depois de vários exercícios em que o peso das despesas de capital e correntes se mantiveram praticamente inalteráveis verifica-se que em 2005 as despesas de capital tiveram um aumento significativo, passando o seu peso para 59% do total da despesa; trata-se de um aumento de 10%, o que pela primeira vez permitiu que as despesas de capital fossem superiores as despesas correntes.

As despesas correntes tendem sempre a apresentar valores superiores ao das despesas de capital, pois são contabilizadas como despesas correntes “investimentos” em actividades e projectos de importância vital para o desenvolvimento e bem-estar do munícipes.

São exemplo dessas despesas correntes, em 2005, os seguintes “investimentos”:

- ✓ Transportes escolares: 225.178,39€
- ✓ Subsídios a Instituições sem fins lucrativos:
 - Ass. Hum. Bombeiros V. F. Z.: 168.257,60€

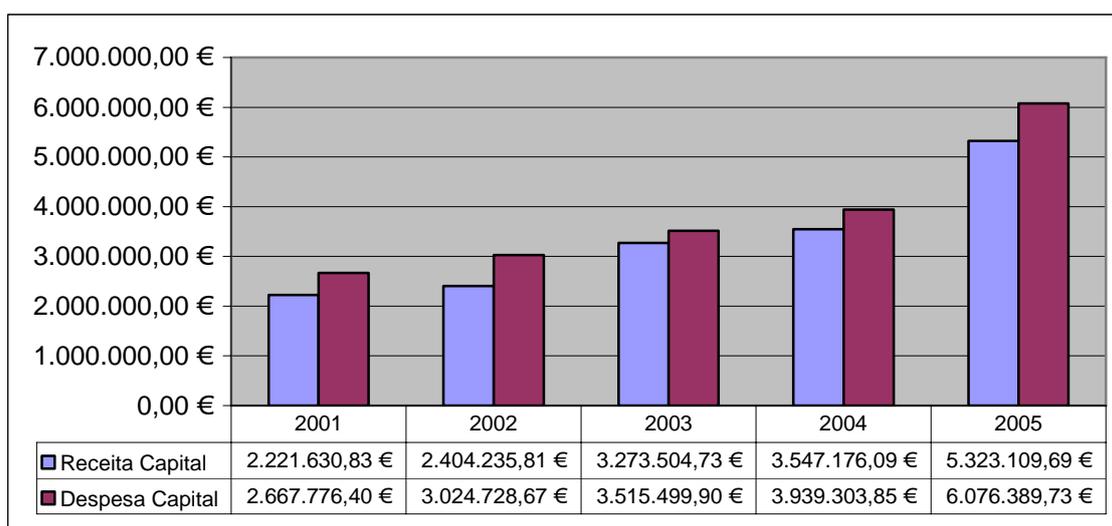


▪ Associações Filarmónicas:	50.774,08€
▪ Ass. Desportivas e Recreativas:	72.354,98€
✓ Cultura, Desporto e tempos livres:	162.888,98€
✓ Bolsas de estudo e deslocação:	25.770,71€
✓ Apoio Almoços Ensino Básico e Jardins:	61.694,00€

A soma destas 7 rubricas ascende a 766.918,74€ o que representa:

- 17.98% da despesa corrente;
- 7.42% da despesa total

1.7 – Despesas de Capital Versus Receitas de Capital.

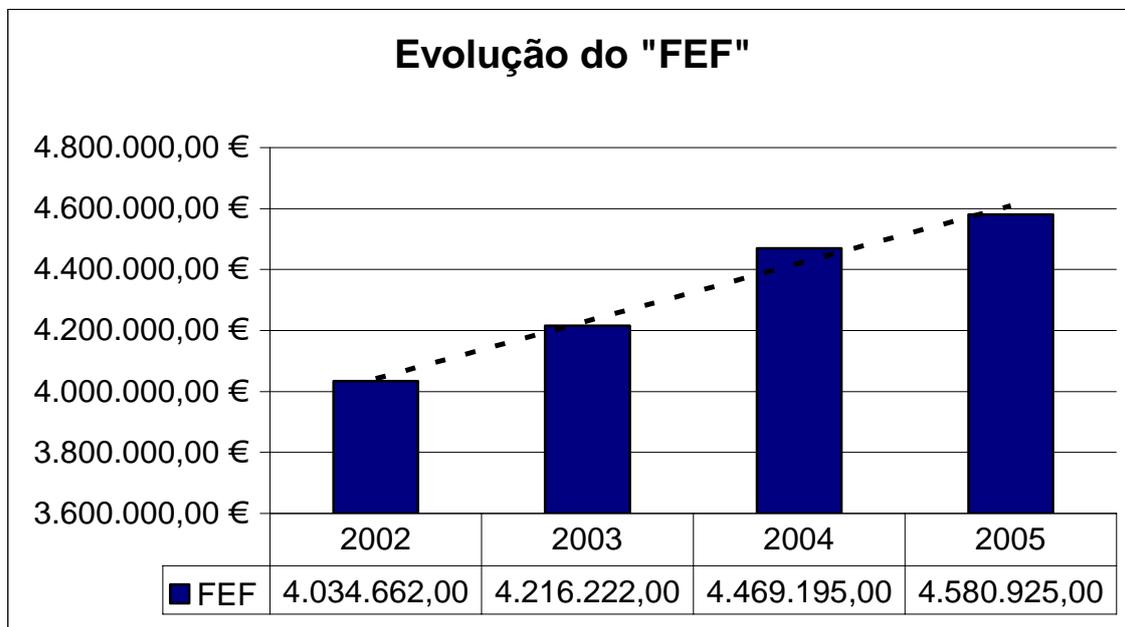


Verifica-se que nos períodos em análise as despesas de capital tem sido sempre superiores as receitas de capital, o que indica que parte das despesas de capital são suportadas por receitas correntes; receitas essas que resultam da poupança conseguida pelo Município em cada exercício. Assim em 2005 a poupança, em receitas correntes, foi de 670.718,73€ (RCorrente:4.935.096,17€-DCorrente: 4.264.377,44€).

O rácio Despesas de Capital/Receitas de Capital é de $5.323.109,69\text{€}/6.076.389,73\text{€} = 0,8760 = 87,60\%$, pelo que se conclui que as despesas de capital são financiadas em apenas 87,60% pelas receitas de capital.

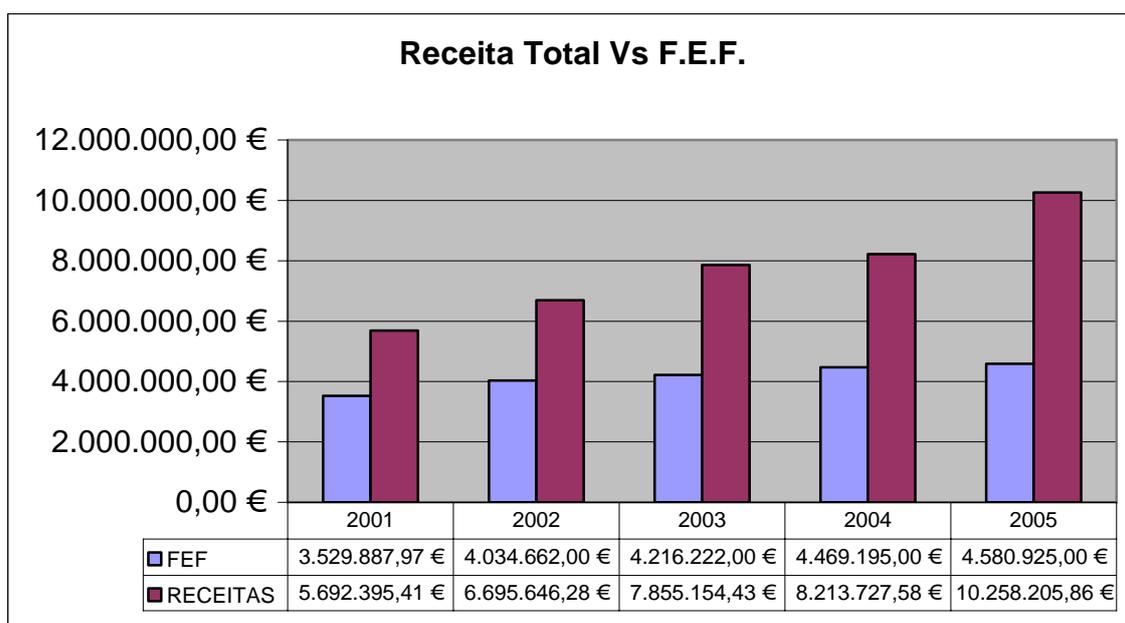


1.8 – Evolução do “F.E.F” (FGM + FCM + FBM).



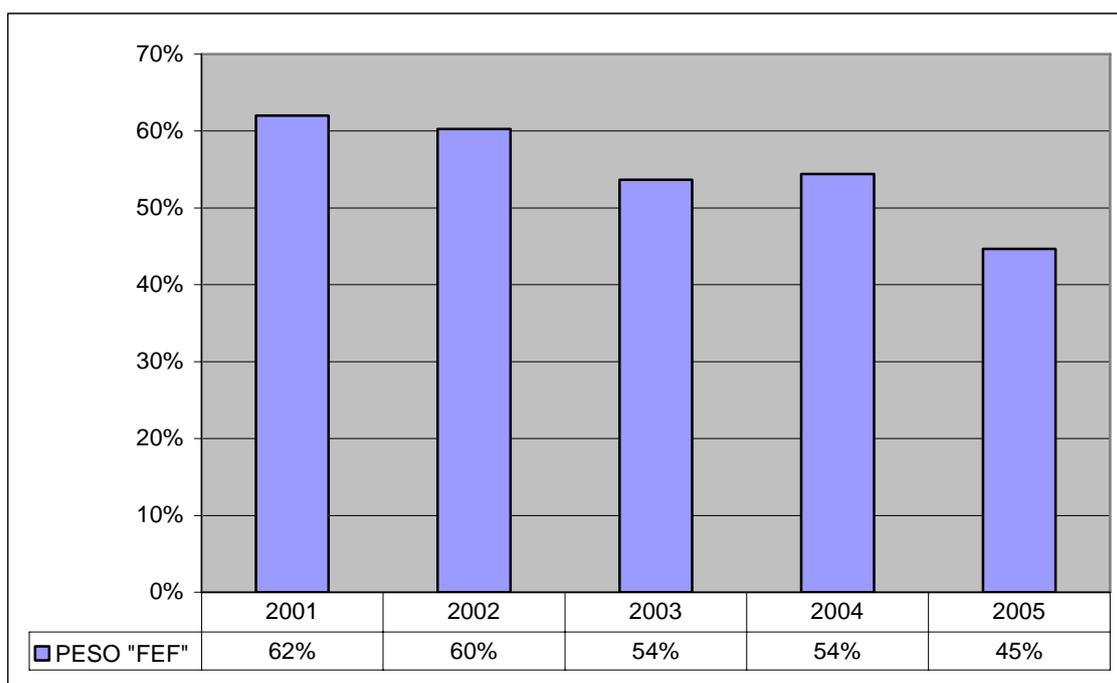
○ “FEF” tem apresentado um crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, no entanto o aumento em 2005 foi de 2,50% no total de 111.730,00€

1.9 – “F.E.F” Versus Receitas Totais.





Entre 2001 e 2005 a receita total aumentou 80,21%, no mesmo período o “FEF” aumentou apenas 29,78%, pelo que facilmente se verifica que o peso do “FEF” nas receitas totais tem vindo a diminuir.

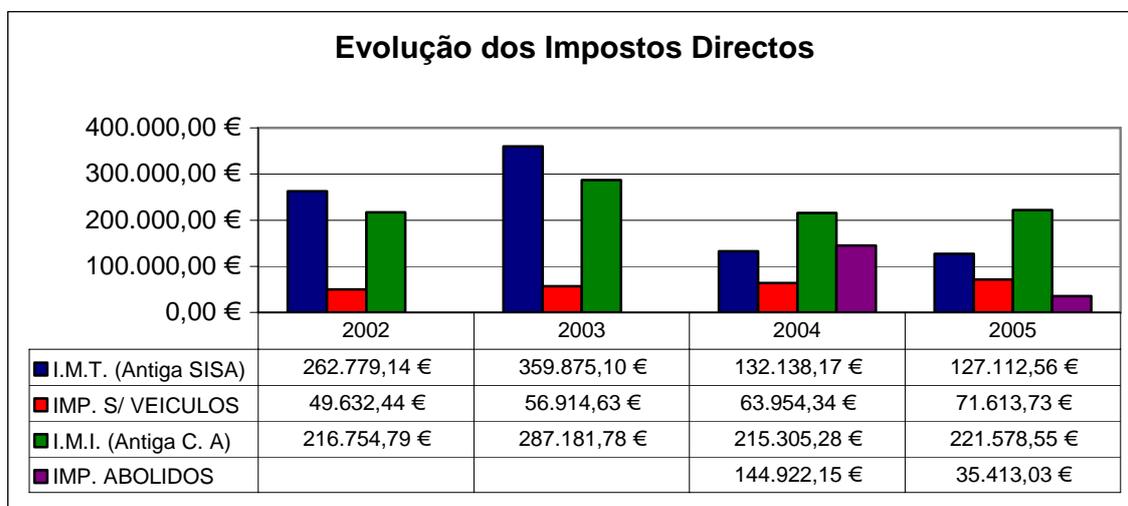


1.10 – Evolução dos Impostos Directos.

O Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, procedeu à reforma da tributação do património, abolindo a SISA e a CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA, criando em seu lugar os novos códigos do CIMT - Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de IMOVEIS e o código do CIMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis. Assim a SISA foi substituída pelo I.M.T. e a Contribuição Autárquica pelo I.M.I.

Ao longo de 2005 ainda foram recebidas verbas relativas aos impostos entretanto abolidos:

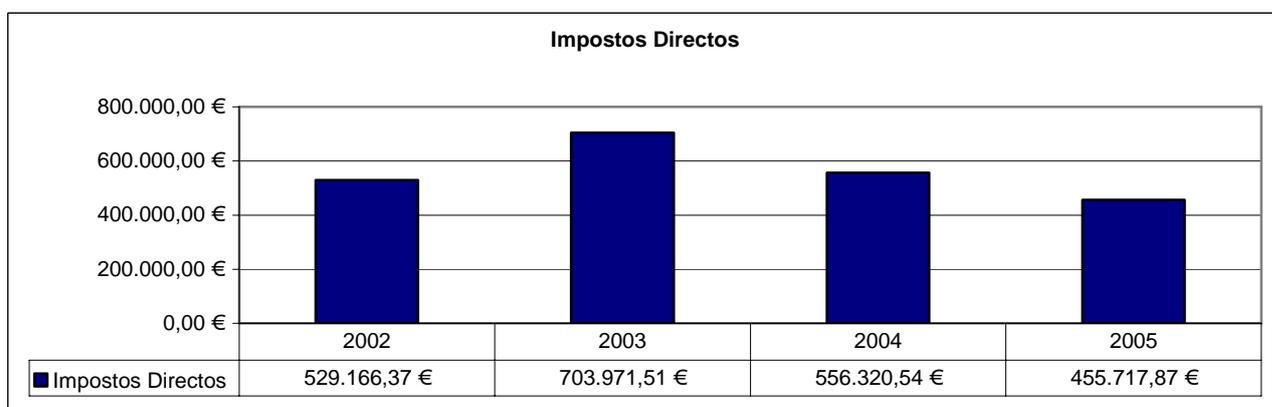
- Contribuição Autárquica: 34.362,12€
- Imposto Municipal de SISA: 955,24€
- Outros Impostos: 95,67€



Da análise a este gráfico consta-se:

- Uma diminuição do valor arrecadado com o IMT em 5.025,61€, o que representa uma diminuição de 3,80% em relação a 2004;
- Um aumento de 7.659,39€ do valor referente ao IMP. SOBRE VEICULOS, o que representa um aumento de 11,98% em relação a 2004;
- Um aumento do valor arrecadado com o IMI em 6.273,17€ o que representa um aumento de 2,91% em relação a 2004.

Face a estes valores o valor total de Impostos Directos apresenta uma diminuição de 100.602,67€ o que representa uma diminuição de 18,08% em relação a 2004.





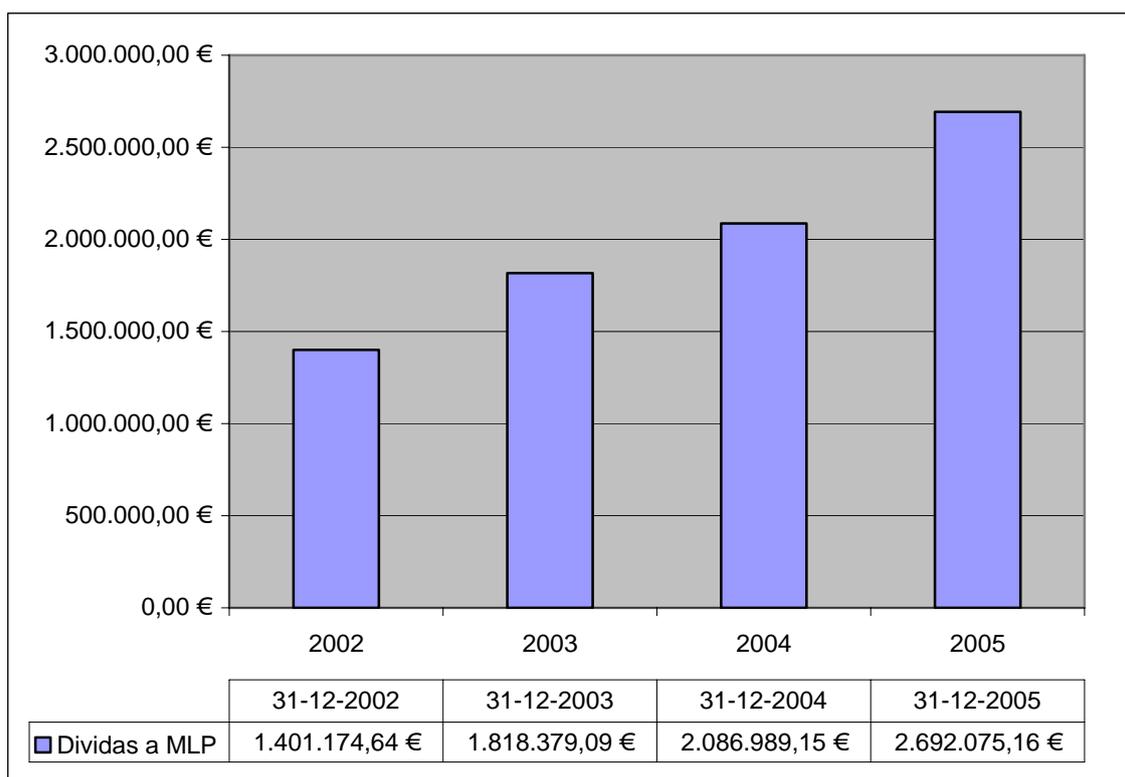
2 – Situação Financeira.

A análise financeira incidirá sobre o Balanço à data de 31/12/2005, balanço elaborado de acordo com o Dec-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.1 – Passivo.

Neste ponto iremos analisar as diversas rubricas que compõem o Passivo, bem como a sua evolução ao longo dos últimos anos.

2.1.1 – Dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo.



As dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo dizem respeito na sua totalidade a empréstimos contraídos junto de instituições financeiras, conforme mapa que faz parte integrante da Prestação de Contas do exercício de 2005. A evolução ao longo de 2005 foi a seguinte:

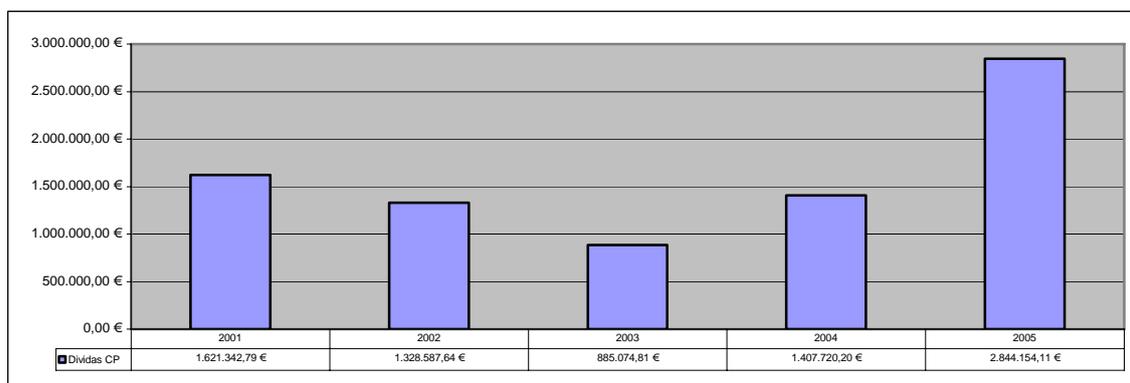


01	Saldo Inicial - 01/01/2005		2.086.989,15 €
02	Libertação de Verbas:	+	819.260,43 €
	Rede Viária Municipal		76.500,00 €
	Aquisição Quinta do Adro/Zona Industrial		152.017,00 €
	Revitalização Urbana Sedes de Freguesia		270.884,65 €
	Saneamento Dornes e Rio Fundeiro		82.483,00 €
	DL 211/2003 - Rep. Prej. Prov. Incêndios		188.533,78 €
	Edifício Sócio Cultural		48.842,00 €
03	Amortização de Empréstimos	-	214.174,42 €
04	Saldo Final - 31/12/2005		2.692.075,16 €

Assim o aumento do Passivo de MLP foi de 605.086,01€, o valor de empréstimos contraídos em 2005 foi de 819.260,43€, o que corresponde a 13,48% das despesas de capital.

De referir que os custos com juros ascenderam a 50.440,31€, tendo sido de 34.383,71€ em 2004.

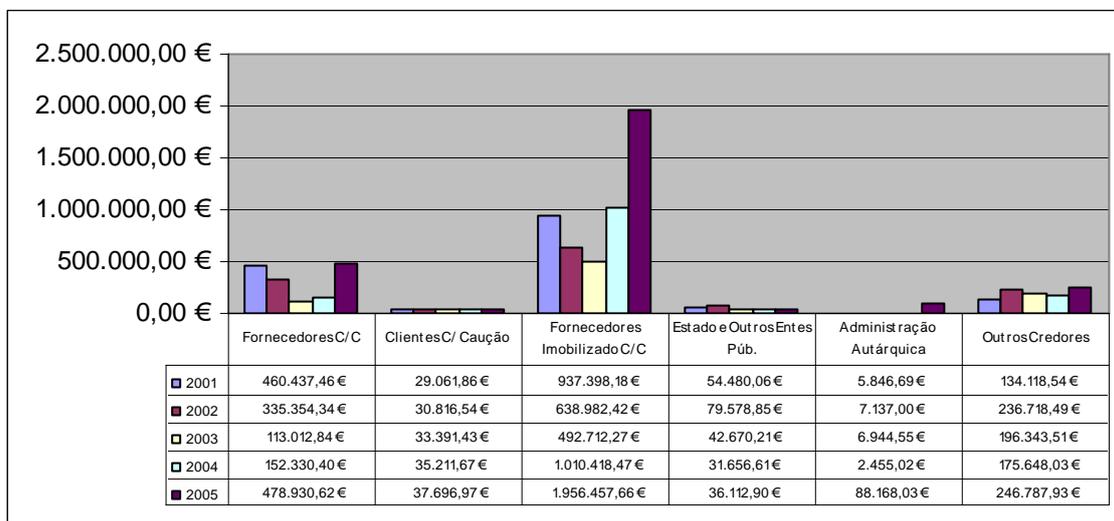
2.1.2 – Dívidas a Terceiros Curto Prazo.



Através do gráfico verifica-se que as Dívidas a Terceiros a Curto Prazo tiveram em 2005 um crescimento significativo.



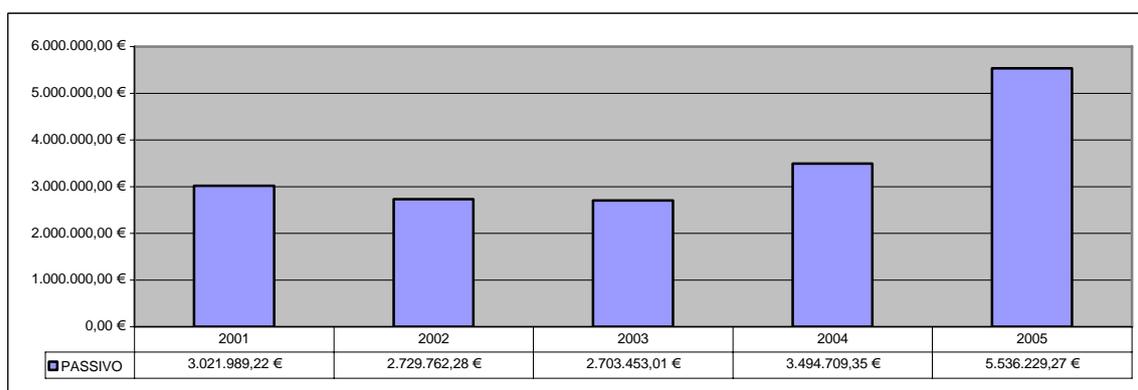
Para uma melhor “leitura” convêm desagregar as diferentes rubricas:



O aumento das Dividas a Curto Prazo foi de 1.436.433,91€, dos quais 946.039,19€ dizem respeito a Fornecedores de Imobilizado, portanto dizem respeito a investimento.

2.1.3 – Passivo Total.

Depois de analisados os Passivos de Curto Prazo e os de Médio Longo Prazo, vamos verificar o comportamento do Passivo Total:



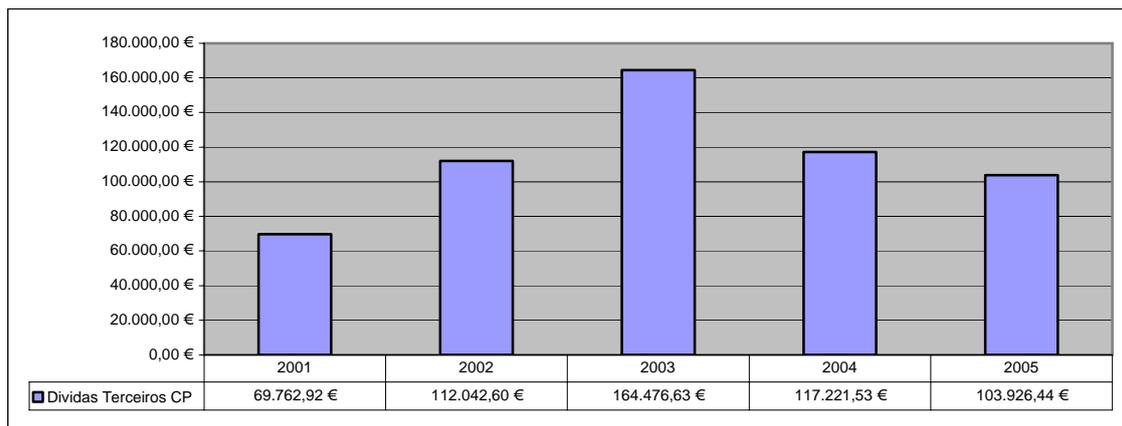
Com o aumento do Passivo de Curto Prazo e do Passivo de Médio e Longo Prazo é forçoso o aumento do Passivo Total, aumento esse que foi de 2.041.519,92€



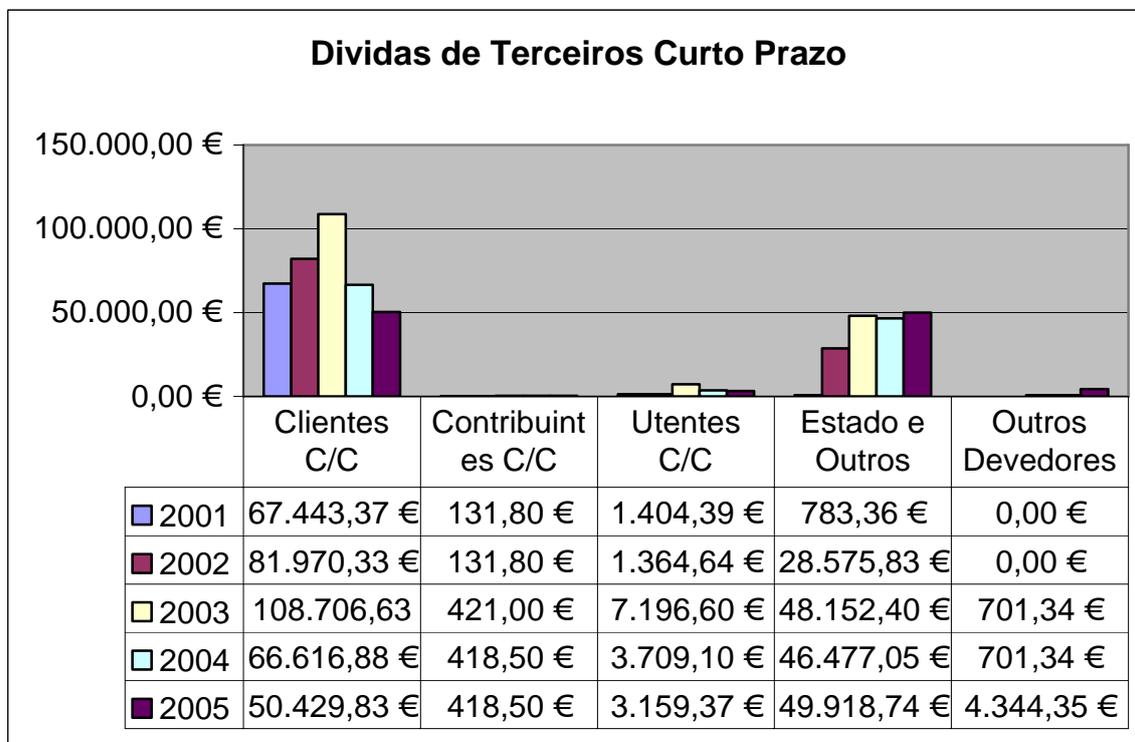
2.2 – Activo.

2.2.1 – Dívidas de Terceiros a Curto Prazo.

Através do gráfico que se segue podemos verificar o total das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo:



A dívida está assim subdividida:



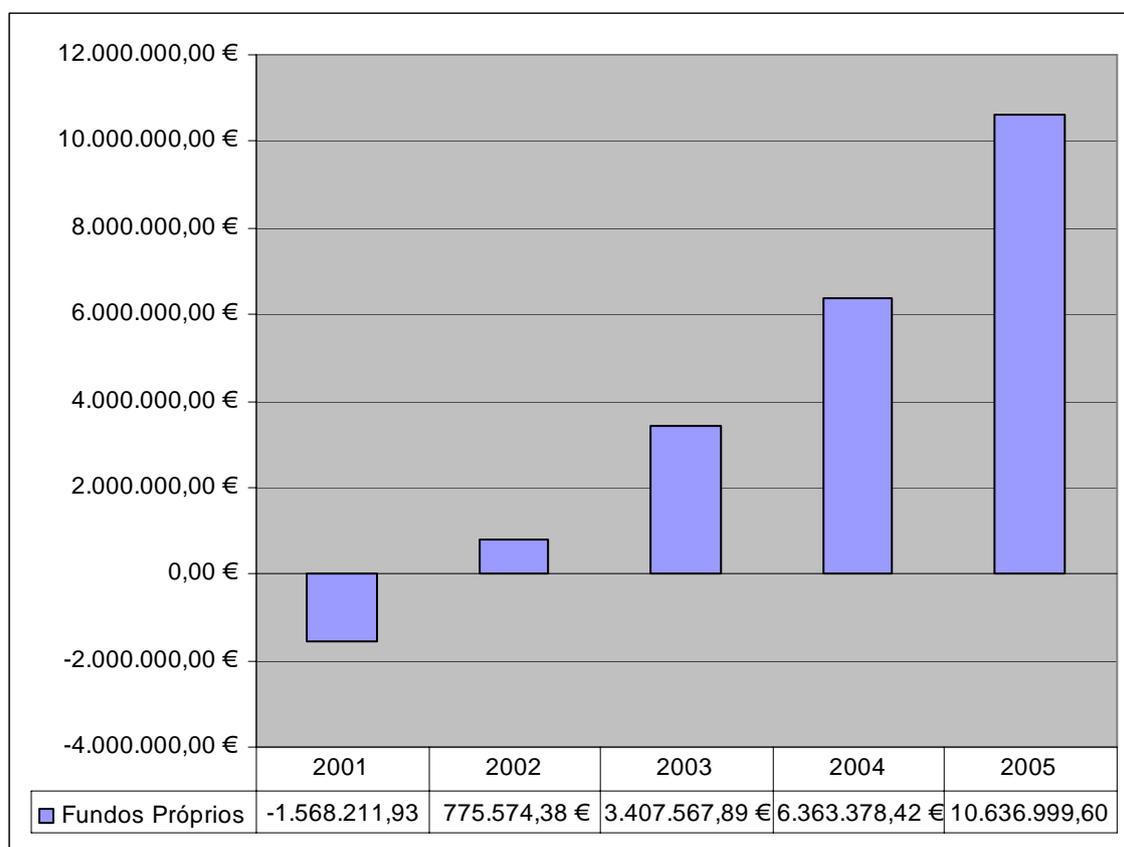
As dívidas de Terceiros a Curto Prazo sofreram uma redução de 13.295,09€, devendo-se essa redução aos Clientes c/c.



2.3 – Fundos Próprios.

Em 31/12/2004 os fundos próprios eram de 6.363.378,42€ tendo esse valor aumentado para 10.636.999,60€ em 31/12/2005, o que representa um:

- Aumento de 4.273.621,18€ em valor absoluto;
- Aumento de 67,16% em termos relativos.



Para o aumento significativo dos capitais próprios contribuiu o bom desempenho dos Resultados Líquidos que apresenta um valor de 4.282.570.02€



3 – Rácios.

Os rácios são “ferramentas” de análise à gestão, que permitem de uma forma rápida, mas bastante eficaz, analisar e comprar a evolução de determinadas massas financeiras.

Assim apresentam-se de seguida alguns rácios que julgamos permitir uma visão mais abrangente da realidade Económico-financeira do Município de Ferreira do Zêzere.

3.1 – Rácios Sobre o Grau de Cobertura das Despesas.

É importante verificar a evolução da poupança da Autarquia, ou seja, a comparação das receitas correntes com as despesas correntes da autarquia, evidenciando o esforço efectuado na redução das despesas, canalizando assim parte das receitas correntes para a execução de despesas de capital, ou seja, para investimento, tal sucedeu em 2005, pois verificou-se que:

Receitas Correntes – Despesas Correntes > 0 ou seja:

4.935.096,17€ - 4.264.377,44€ = 670.718,73€ valor que corresponde à poupança da receita corrente que foi investida em investimento, e que representa 13,59% das despesas correntes.

Outros rácios importantes:

RÁCIO	FORMULA	2005		2004	2003	2002
		Valores	%	%	%	%
Cobertura das despesas pelas receitas	Receita Total	10.258.205,86 €	99,20%	101,17%	100,00%	99,98%
	Despesa Total	10.340.767,17 €				
Cobertura das despesas sem recurso a empréstimos	Receita Total - Empréstimos	9.521.506,74 €	92,08%	94,99%	91,58%	95,63%
	Despesa Total	10.340.767,17 €				
Peso do Pessoal nas receitas Correntes	Custos com Pessoal	1.862.370,00 €	37,74%	36,29%	36,18%	41,54%
	Receitas Correntes	4.935.096,17 €				
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	Despesas Correntes	4.264.377,44 €	86,41%	89,57%	94,72%	85,56%
	Receitas Correntes	4.935.096,17 €				
Peso das despesas de capital nas receitas capital	Despesas Capital	6.076.389,73 €	114,15%	111,05%	107,39%	125,81%
	Receitas capital	5.323.109,69 €				



3.2 – Rácios Sobre o Grau de Financiamento do Investimento.

Através da análise deste rácios é possível verificar qual o peso de algumas fontes de financiamento:

RÁCIO	FORMULA	2005		2004	2003	2002
		Valores	%	%	%	%
Peso dos empréstimos no investimento autárquico	Empréstimos	819.260,43 €	13,48%	12,72%	18,81%	9,67%
	Investimento	6.076.389,73 €				
Peso do investimento na receita total	Investimento	6.076.389,73 €	59,23%	47,96%	44,75%	45,17%
	Receita Total	10.258.205,86 €				
Peso dos fundos comunitários no investimento	Fundos Comunitários	1.271.828,13 €	20,93%	10,17%	25,37%	16,83%
	Investimento	6.076.389,73 €				

3.3 – Rácios Económicos – Financeiros.

Para concluir temos os rácios que permitem analisar a rentabilidade dos diversos capitais, bem como avaliar a capacidade do Município em fazer face as dívidas assumidas.

RÁCIO	FORMULA	2005		2004	2003	2002
		Valores	%	%	%	%
Rentabilidade dos Fundos Próprios	Resultados Líquidos	4.282.570,02 €	40,26%	46,09%	77,24%	302,20%
	Fundos Próprios	10.636.999,60 €				
Rentabilidade dos Capitais Permanentes	Resultados Operacionais	4.232.598,80 €	31,75%	33,79%	45,83%	100,66%
	Capitais Permanentes	13.329.074,76 €				
Rentabilidade do Activo	Resultados Operacionais	4.232.598,80 €	26,17%	28,96%	39,19%	62,55%
	Activo Líquido	16.173.228,87 €				
Solvabilidade	Fundos Próprios	10.636.999,60 €	192,13%	182,09%	126,05%	28,41%
	Capitais Alheios	5.536.229,27 €				
Liquidez Geral	Activo Circulante	392.720,50 €	13,81%	31,72%	45,14%	25,64%
	Passivo Circulante	2.844.154,11 €				
Autonomia Financeira	Activo	16.173.228,87 €	292,13%	282,09%	226,05%	128,41%
	Passivo	5.536.229,27 €				



4 – Proposta para a aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

De acordo com o ponto 2.7.3 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro o Executivo Camarário propõem que:

- ✓ O resultado líquido seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (Ponto 2.7.3.2) – 4.282.570,02€
- ✓ Que o resultado líquido seja aplicado da seguinte forma:
 - Reservas Legais - Conta 571 – 5% de 4.282.570,02€ no montante de 214.128,50€ (Ponto 2.7.3.5)
 - Para reforço do Património – Conta 51 – 4.068.441,52€ (Ponto 2.7.3.4)



5 – Factos ocorridos após o termo do exercício.

- ✓ Deliberado a intenção de adjudicação do Sistema de Saneamento de Bairrada, Bairradinha e Cardal;
- ✓ Deliberado criar o Gabinete de Apoio do Investidor;
- ✓ Aprovado protocolo para a instalação de 1 campo Multiusos em relva sintética, tendo-se deliberado ainda suportar o custo com ampliação do mesmo de modo a suportar a prática de Futebol de 7;
- ✓ Aprovado o Projecto de Regulamento de cedência de lotes de terreno para a implantação de instalações industriais, comerciais e/ou serviços na Zona Industrial de Lameiras.
- ✓ Aprovado acordo de cooperação que integra o Concelho de Ferreira do Zêzere no programa Rede de Bibliotecas Escolares.
- ✓ Conclusão do processo de avaliação do Património Imobiliário Municipal, que incidiu sobre:
 - Avaliação do Domínio Privado;
 - Avaliação do Domínio Público:
 - Redes Saneamento;
 - Rede de Águas;
 - Rede Viária;
 - Jardins e Pracetas.



ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2005, que contêm 141 páginas, devidamente numeradas, que foi aprovado por _____, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, realizada em 6 de Abril de 2004.

O Presidente,

(Luís Ribeiro Pereira)

Os Vereadores;

(Carlos Ferreira Salgado)

(Jacinto M. Lopes C. Flores)

(Carlos Alberto M. Martins)

(Manuel Silva António)